

A PAISAGEM DA FRONTEIRA NA PRODUÇÃO DA SOCIONATUREZA: UM ESTUDO SOBRE AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS (BR-AR-PY)

**THE BORDER LANDSCAPE IN THE PRODUCTION OF SOCIONATURE:
A STUDY ON THE JESUIT-GUARANI MISSIONS (BR-AR-PY)**

**EL PAISAJE DE FRONTERA EN LA PRODUCCIÓN DE SOCIONATURA:
UN ESTUDIO SOBRE LAS MISIONES JESUITAS-GUARANÍES (BR-AR-PY)**

Raquel Agnes Santos Fonseca¹

Yuri Potrich Zanatta²

Reginaldo José de Souza³

RESUMO: O presente artigo objetiva debater a socionatureza na Geografia enquanto interpretação de como a sociedade se organiza e formula discursos a respeito de si e da natureza. Assim, parte-se do conceito de paisagem enquanto categoria do pensamento humano, que nos insere nas dinâmicas do tempo presente mantendo pistas e rugosidades de acontecimentos pretéritos no espaço. É por esse itinerário entre natureza e paisagem, que a produção da socionatureza em regiões fronteiriças torna-se chave para interpretação do presente. A partir de percepções empíricas, aliadas ao referencial bibliográfico proposto e registros fotográficos obtidos em campo na região das Missões, compreendendo: as reduções de São Miguel Arcanjo (BR), *San Ignacio Mini* (AR) e *La Santísima Trinidad del Paraná* (PY), constituintes dos 30 povos das missões da Companhia do Paraguai. Que resultaram na defesa de um olhar paisagístico para a compreensão da produção de espaços lindeiros, propondo a fronteira como espaço raiano de continuidades ambientais, culturais e políticas, visto que estas relações extrapolam limites nacionais.

Palavras-chave: Raia socioambiental. Povos indígenas. Patrimônio cultural. Relações internacionais. Turismo cultural.

1 Licenciada em Geografia e mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFGS/Campus Erechim). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4787-4878>. E-mail: raquelasfonseca@gmail.com

2 Arquiteto e Urbanista e mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFGS/Campus Erechim). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3296-8019>. E-mail: yuripotrichzanatta@hotmail.com

3 Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/campus Presidente Prudente). Docente da Graduação e Pós-Graduação em Geografia e Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo e PPGICH/UFGS/Campus Erechim). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1178-4587>. E-mail: reginaldo.souza@uffs.edu.br

Agradecimento: Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pelo apoio recebido por meio das bolsas de mestrado concedidas aos autores Raquel Agnes Santos Fonseca e Yuri Potrich Zanatta, bem como ao amparo financeiro concedido ao projeto de pesquisa “Dinâmicas ambientais e culturais e integração bilateral na Raia Transfronteiriça Rio Grande do Sul-Argentina” (Edital N° 121/GR/UFFS/2021), coordenado pelo Prof. Dr. Reginaldo José de Souza.

Artigo recebido em setembro de 2022 e aceito para publicação em novembro de 2022.

ABSTRACT: This article aims to discuss discuss sacionature in Geography as an interpretation of how society organizes itself and formulates discourses about itself and nature. Thus, it starts with the concept of landscape as a category of human thought, which inserts us into the dynamics of the present time, keeping tracks and roughness of past events in space. It is through this itinerary between nature and landscape that the production of sacionature in border regions becomes key to the interpretation of the present. Based on empirical perceptions, combined with the proposed bibliographic reference and photographic records obtained in the field in the Missions region, comprising: the reductions of *São Miguel Arcanjo* (BR), *San Ignacio Mini* (AR) and *La Santísima Trinidad del Paraná* (PY), members of the 30 peoples of the missions of the Company of Paraguay. Which resulted in the defense of a landscape view to understand the production of neighboring spaces, proposing the border as a “*raiano*” space of environmental, cultural and political continuities, since these relationships extrapolate national boundaries.

Keywords: Socio-environmental streak. Indigenous people. Cultural heritage. International relations. Cultural tourism.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir la sacionatureza en Geografía como una interpretación de cómo la sociedad se organiza y formula discursos sobre sí misma y la naturaleza. Así, parte del concepto de paisaje como categoría del pensamiento humano, que nos inserta en la dinámica del tiempo presente, guardando huellas y asperezas de los hechos pasados en el espacio. Es a través de este itinerario entre naturaleza y paisaje que la producción de la sacionatureza en las regiones fronterizas se vuelve clave para la interpretación del presente. A partir de percepciones empíricas, combinadas con la referencia bibliográfica propuesta y registros fotográficos obtenidos en campo en la región de Misiones, que comprende: las reducciones de *São Miguel Arcanjo* (BR), *San Ignacio Mini* (AR) y *La Santísima Trinidad del Paraná* (PY), constituyentes de los 30 pueblos de las misiones de la Compañía del Paraguay. Lo que resultó en la defensa de una mirada paisajística para comprender la producción de los espacios vecinos, proponiendo la frontera como un espacio “*raiano*” de continuidades ambientales, culturales y políticas, ya que estas relaciones extrapolan las fronteras nacionales.

Palabras clave: Raya socioambiental. Pueblos indígenas. Patrimônio cultural. Relaciones Internacionales. Turismo cultural.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, percebemos um acentuado debate civil sobre a importância da inserção de diferentes grupos sociais no certame público, relativo a direitos que levam em conta suas particularidades sócio-históricas, endossando a necessidade de pesquisas e iniciativas que promovam o não apagamento de sujeitos que disputam seu

espaço na produção da paisagem. Nesse sentido, a paisagem como dimensão da existência é a consideração desse elemento como componente essencial da vida humana, pois é a partir dela que percebemos como a sociedade metaboliza seus entendimentos de si, do outro e sobre a natureza. As Missões Jesuítico-Guaranis enquanto patrimônio cultural da humanidade declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), se entendidas como ruínas estáticas e que necessitam ser preservadas pura e simplesmente pelo seu valor material, invisibilizam os conflitos do presente.

Os trinta povos das Missões Jesuítico-Guaranis fazem parte de um segundo ciclo de colonização de territórios e catequização dos indígenas guaranis, sendo sete no Rio Grande do Sul, dez na Argentina e treze no Paraguai. O processo de tombamento e reconhecimento dessas reduções datam do século XX e, na atualidade, são o ponto forte da economia local voltada ao turismo, o que inclui pacotes de viagens para a Rota das Missões, a oferta de hotéis, pousadas, *resorts*, restaurantes e lojas de artesanato e *souvenirs*, entre outros. No Rio Grande do Sul, essa rota comporta vinte e seis municípios, são oferecidos grupos guiados para caminhadas de até 338km com paradas em pontos simbólicos para pernoite e alimentação, tendo como ponto inicial São Borja (RS) e Santo Ângelo (RS) o final do trajeto (MISSÕES, 2022).

Diante disso, o objetivo do presente estudo é questionar o reflexo de práticas de preservação patrimonial das Missões que não inserem grupos sociais participantes da experiência jesuítico-guarani, em especial os povos indígenas Guarani-m'bya. Na experiência turística de visitação aos sítios históricos, pouco se nota sobre a presença da população indígena e da sua relação com as ruínas, assim como na reivindicação de suas narrativas e na consolidação de seus territórios enquanto direito e afirmação de suas existências paisagísticas⁴.

As missões, em um contexto fronteiriço que extrapola os limites jurídicos dos Estados nacionais, engloba distintos contextos políticos de produção da sacionatureza e de estratégias de preservação patrimonial. Compreende-se como sacionatureza as relações da sociedade na transformação da natureza em recurso e em sua disputa, ou seja, os usos e as apropriações que diferentes grupos sociais percebem e projetam para a manutenção de suas existências. Dessa forma, não só a materialidade está em disputa, mas também as narrativas que constroem o entendimento de uma realidade que é diversa. Essa questão se complexifica ainda mais quando tratamos de contextos fronteiriços que levam em conta diferentes realidades nacionais, órgãos e atores públicos e privados que atuam na gestão dos territórios e dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

A fronteira enquanto ferramenta de consolidação dos Estados-Nação, de construção de um sentido de unidade territorial, é colocada em questão quando se propõe observar esses espaços a partir de suas paisagens. Dessa forma, essa pesquisa busca compreender os seguintes questionamentos: quais as potencialidades que a leitura da paisagem da fronteira pode nos fornecer para a compreensão da realidade em cooperação transnacional? Como se dá a produção da sacionatureza e como ela pode nos auxiliar na interpretação lideira? As inquietações aqui levantadas buscam aprofundar o debate acerca da sacionatureza,

compreendendo essa categoria e sua importância no entendimento das formas de organização do espaço e a constituição de narrativas na sociedade contemporânea, que incidem na materialidade das ruínas e dos sítios históricos e em como todo o conjunto de grupos sociais se relaciona com ela.

Para isso, o estudo seguirá o seguinte percurso teórico-metodológico levando em consideração a análise das missões a partir da chave interpretativa dos conceitos abordados. Primeiramente, apresentamos a teoria da sacionatureza no sentido de abarcar o debate de como a sociedade metaboliza a natureza e a si própria, produzindo espaços, territórios e narrativas, a fim de compreender alguns discursos presentes nos sítios históricos percebidos através de trabalhos de campo e registros fotográficos. Em seguida, partimos para como concebemos a paisagem enquanto categoria do pensamento humano e como ela pode nos auxiliar na interpretação da fronteira em suas dimensões culturais e ambientais. Por fim, apresentamos o conceito de raia, uma forma de entendimento de espaços fronteiros que considera a continuidade dos aspectos naturais e culturais (sacionaturais) semelhantes, mas inseridos em distintos contextos internacionais. A partir daí, questionamos: será possível que a fronteira seja sinônimo de uma geografia de acordos e alianças políticas para gestões integradas em vez de ser sinônimo de uma geometria de separação, desentendimentos e conflitos políticos?

A PRODUÇÃO DA SACIONATUREZA

No sistema capitalista, a natureza é tida como uma fonte de recurso para a produção e reprodução voltada para o consumo e a obtenção de lucro, mercantilizando todas as esferas da vida, baseando-se no valor de troca como regra de acesso e gerando um sistema de dominação que ultrapassa a esfera ser humano-natureza e atinge a dimensão do ser humano. A questão que desejamos analisar é a respeito da dominação do ser humano pelo ser humano para obtenção de lucro, representando uma possível crise da racionalidade humana quando se propõe a pensar a natureza na contemporaneidade a partir de discursos e políticas. A transformação dessa natureza universal – exterior – não significa que estejamos transformando a natureza como ente superior, mas, sim, apenas algumas dimensões do natural que são metabolizadas pela economia e pelo sistema econômico a fim de gerar riquezas e retroalimentar o sistema de exploração (SMITH, 1988). A sociedade não interage com a natureza; ela a metaboliza (SWYNGEDOUW, 2009). A natureza é produzida intencionalmente para a manufatura de bens que são úteis à sociedade dentro de determinado sistema econômico.

Por isso, não cabe mais pensar que no capitalismo o ser humano domina a natureza, pois não é possível dominar aquilo que está além das nossas forças. A natureza é produzida pela atribuição de valores, de importâncias, de trocas. O domínio não é sobre a natureza, mas sobre o ser humano. A natureza é fonte de lucro; no entanto, como condição da existência humana, ela deveria ser democrática, uma vez que todos precisam de água, terra, comida etc. Essa dimensão essencial para a vida humana, porém, é transformada

em economia. Ou seja, não é possível dominar se chove ou não chove para otimizar a produção agrícola, mas é possível transformar isso em um produto. Não controlamos, portanto, as dinâmicas da natureza; controlamos o que se faz dessas dinâmicas, isto é, metabolizamos a natureza em mercadoria (SWYNGEDOUW, 2009).

Nessa sociedade hierárquica, o sentimento com a natureza diversifica-se de um ponto de vista perverso, pois alguns grupos ditam como os outros se relacionam com ela. Enquanto alguns grupos sociais estão à mercê das intempéries, lutando diariamente para sobreviver dentro das dinâmicas incontroláveis da natureza, outros têm o poder de produzir artifícios para que essas dinâmicas sejam metabolizadas e transformadas em riqueza e lucro. Smith (1988, p. 86), nesse sentido, sintetiza:

A relação contemporânea com a natureza obtém seu caráter específico a partir das relações sociais do capitalismo. O capitalismo difere de outras economias de troca no seguinte: produz, de um lado, uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho, e, de outro lado, uma classe que domina somente sua própria força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver. “A natureza não produz, de um lado, proprietários de dinheiro e bens”, observa Marx, e de outro lado, homens que não possuem nada mais do que sua própria força de trabalho. Esta relação não tem fundamentos naturais, nem sua base social é comum a todos os períodos históricos. É, claramente, o resultado do desenvolvimento de um passado histórico, o produto de muitas revoluções econômicas, e da extinção por completo de velhas forças de produção social.

Em contrapartida, na compreensão de Cioffi e Raimundo (2020), por mais que o capitalismo tenha fortalecido um entendimento de apropriação da natureza como mercadoria, ele não conseguiu apagar completamente outros olhares anteriores a esse sistema, baseado na relação simbólica e nos imaginários que a sociedade ocidental historicamente construiu com ela. Concordando com isso, pensamos que, nos interstícios da exploração capitalista da natureza, ainda existe uma outra dimensão de relação que pode ser pensada (estética e patrimonial), por mais que, no momento atual, estejamos cada vez mais distantes dessa relação na vivência cotidiana devido à dinâmica atual da produção da siconatureza no sistema econômico em que estamos inseridos. Os autores também apontam que os ideais românticos do século XIX desencadearam uma visão de natureza “[...] que passou a considerar como elemento importante o reencontro ou religação da sociedade contemporânea com uma natureza perdida” (CIOFFI; RAIMUNDO, 2020, s.p.), rebatendo em reflexões de como conservá-la e, conseqüentemente, em formas de a patrimonializar.

Para Serrão (2013), cabe à categoria da paisagem esse papel de reencontro. A autora nos apresenta a paisagem como uma noção moderna que tem o intuito de reconectar o ser humano com a natureza, partindo da premissa de que a tragédia da humanidade é o distanciamento homem-mundo, isto é, a divisão sociedade-natureza ocasionada pela

evolução técnica e tecnológica. Assim, a paisagem apresenta-se como uma categoria de mediação entre essas duas esferas tidas como dualidades opostas, mas que deveriam ser tratadas como uma única face da nossa existência no mundo. Cioffi e Raimundo (2020, s. p.), discorrem ainda que:

Os múltiplos conceitos sobre natureza, independente do século ou dos mitos, crenças e saberes que nos cercam, possuem em sua construção o ser humano como sujeito referencial e propulsor. A partir dessa discussão, deve-se avançar nos processos de patrimonialização da natureza, não como um elemento a ser subjugado pela sociedade, mas em interação com ela. E, nesse sentido, reforça-se a ideia que tal patrimonialização da natureza não deve considerar o homem como mero espectador da natureza em seus atributos estéticos, mas também perceber as múltiplas relações e visões que a sociedade construiu com a natureza.

Entre a dinâmica de subjugação da natureza pela sociedade, existe a subjugação da própria sociedade pela sociedade. Assim, os diferentes grupos sociais cumprem distintos papéis hierárquicos e, nessa dinâmica, parece que os povos indígenas são excluídos do debate, visto que a luta pela demarcação dos seus territórios é algo que sempre está em questionamento e validação. Percebe-se, então, que a subjugação da natureza está para a própria subjugação daqueles que, em um primeiro momento, não parecem úteis à produção do sistema capitalista ou são invisibilizados por ela, como é o caso do trabalho doméstico majoritariamente como responsabilidade das mulheres e as condições sócio-históricas da população negra, que tem dificuldade em ascender dentro da hierarquia capitalista e colonialista.

Nesse viés, observamos tal sistema hierárquico nas Missões, que são resultado de uma experiência de relação entre jesuítas e guaranis, demonstrando uma forma de colonização e catequização expressas na fragmentação dos espaços, por exemplo, na construção de prisões, escolas, casa para mulheres viúvas e solteiras, refeitório, entre outros, como na diferenciação de gênero, classe, idade e estado civil. Assim, quando observamos a forma de organização das ruínas, não nos causa estranhamento justamente por esse modelo estar inserido em nossa vida contemporânea. Ao visitarmos as ruínas, nos questionamos sobre onde estariam os traços da cultura indígena em sua materialidade e narrativa, assim como na presença da população nas Missões e na interação com aquele espaço que foi parte de sua história.

A dimensão cultural tomada pelas Missões enquanto patrimônio mundial parece ter uma conotação diferente nas formas em que os discursos são perpetuados com uma ideia de imparcialidade, quando o que percebemos na prática são avanços recentes e ínfimos no respeito e direito dos povos indígenas, seja no Brasil, Argentina e Paraguai, países sede das ruínas analisadas nesse trabalho. Em vista disso, para designar o valor patrimonial e social da natureza, é preciso que as comunidades e os indivíduos, na figura de cada pessoa em si e também enquanto coletivo, se sintam como parte constituinte de um todo. O que propomos, portanto, é uma análise crítica das dinâmicas da sociedade a partir da

apreensão dos atributos estéticos da natureza, aqui abordada a partir da perspectiva da paisagem. Porém, não se trata de uma apreensão descompromissada, como era vista na gênese dessa categoria na sociedade ocidental através das artes; trata-se de defender o argumento de que pode existir uma contrapartida, pela dimensão crítica e política da paisagem, à exploração capitalista da natureza.

PAISAGEM

A paisagem é o encontro de duas dimensões: o céu, que nos remete ao infinito e àquilo que está para além da compreensão humana, e a terra, enquanto finitude, do que podemos compreender e a perspectiva do nosso próprio fim (CORAJOURD, 2013). A complexidade da paisagem está em nossa existência: quais foram os movimentos de natureza cósmica e geológica desde o passado remoto até o momento em que surgimos e nos organizamos agora? Em todos esses processos, a paisagem estava enquanto meio de forças que tentamos compreender e dominar. Souza (2019, p. 44) nos provoca a compreender o que a natureza expressa por meio da paisagem: “A paisagem se faz como uma dimensão da existência na consciência da natureza e na natureza da consciência, no tempo-espaço que sempre se produz e reproduz em vários momentos presentes, que já criaram histórias (de homens, de grupos, de sociedades) e que florescem futuros”.

Freud (1969) nos apresenta uma leitura sobre o sentido da civilização frente à natureza, na obra “O futuro de uma ilusão”, na qual discorre sobre os papéis morais estabelecidos na sociedade. O autor afirma:

Mas quão ingrato, quão insensato, no fim das contas, é esforçar-se pela abolição da civilização! O que então restaria seria um estado de natureza, muito mais difícil de suportar. É verdade que a natureza não exigiria de nós quaisquer restrições dos instintos, deixar-nos-ia proceder como bem quiséssemos; contudo, ela possui seu próprio método, particularmente eficiente, de nos coibir. Ela nos destrói, fria, cruel e incansavelmente, segundo nos parece, e, possivelmente, através das próprias coisas que ocasionaram nossa satisfação. Foi precisamente por causa dos perigos com que a natureza nos ameaça que nos reunimos e criamos a civilização, a qual também, entre outras coisas, se destina a tornar possível nossa vida comunal, pois a principal missão da civilização, sua *raison d'être* real, é nos defender contra a natureza (FREUD, 1969, p. 9).

Interessante perceber como a abertura paisagística para a natureza nos acomete enquanto seres finitos, que nos causa a estupefação de estarmos vivos, mas também da própria luta na negação de nosso fim: a morte como a expressão máxima e didática de pertencermos temporariamente à superfície terrestre. Diante das diversas possibilidades de leitura do mundo a partir da paisagem, é essencial tomarmos consciência dessas dimensões e, então, partir para questões que correspondem à humanidade e suas diversas

formas de organização e relações sociais, que coabitam tempos-espacos e produzem a sacionatureza a partir da projeção de suas consciências, em uma dialética entre sujeito-sujeito e sujeito-objeto.

Há algo de estético e ético quando nos colocamos a pensar e discutir os símbolos e sentimentos que as paisagens podem nos provocar. Nos termos de Souza e Lindo (2021, p. 275), a paisagem:

[...] possibilita uma reflexão sobre o enlace entre estética e ética, permitindo que as pessoas percebam a importância de ver o mundo com os olhos da contemplação, mas, para além disso, também vejam o mundo com olhares críticos sobre os problemas que afetam diretamente a constituição de suas existências.

Portanto, há na paisagem racionalidades expressas nas formas de vinculação e compreensão do mundo e das relações ali construídas. Relações essas de tempos pretéritos, marcadas em edificações, na construção de cidades, na organização do campo, na interpretação de patrimônios, as quais seguem no geral um mesmo desenho que tem como finalidade a reprodução do capital e, por consequência, os conflitos gerados resultantes das desigualdades sociais. Relações entre diferentes culturas também são expressas na paisagem, por vezes uma mais valorizada que a outra, culturas encobertas por diferentes discursos que conformam a narrativa acerca do espaço.

Essas narrativas, no entanto, não se tratam de uma simples acumulação de discursos, um “palimpsesto cultural”, pois, ao mesmo tempo que adicionam, excluem elementos. Essas dinâmicas se expressam em monumentos que são narrados de formas diferentes em seus diferentes contextos. Portanto, exemplificaremos alguns deles a partir de registros fotográficos realizados em campo.



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2021).

Figura 1. Cotiguaçu: casa destinada a mulheres viúvas e solteiras que tomavam conta de órfãos nas ruínas de São Miguel das Missões-RS.

A justificativa apresentada quando os guias são questionados quanto a essa forma de isolamento de mulheres solteiras e viúvas do convívio social dentro das reduções é por conta da prática da poligamia entre os indígenas, vista com maus olhos pelos jesuítas, contra a moral que eles acreditavam. Assim, destinar um lugar para que as mulheres que não tinham um companheiro ficassem parecia o melhor a ser feito, além de destinar a essas mulheres o cuidado de crianças órfãs, reforçando o papel de cuidado atribuído às mulheres.

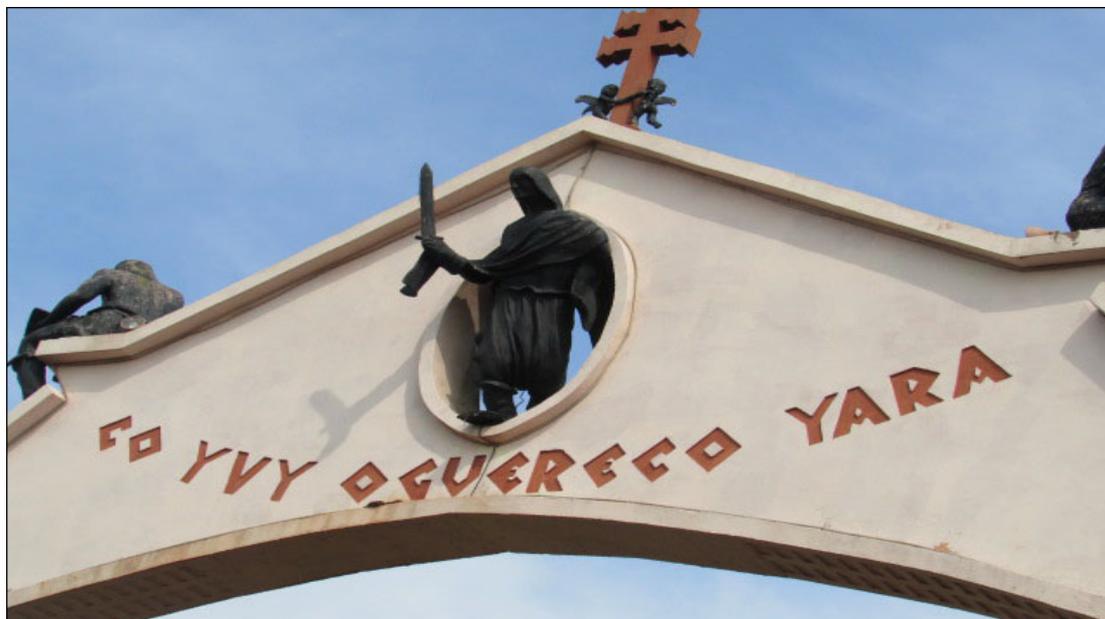
A cruz dobrada é símbolo importante nas Missões e, na visitação turística, é ali que os visitantes são direcionados a fazer seus pedidos com a promessa de realização em dobro, principalmente aqueles voltados à busca por prosperidade. O pórtico da cidade de São Miguel das Missões sinaliza em guarani “CO YVY OGUERECO YARA”, que significa: “Essa terra tem dono”, fazendo referência aos povos indígenas e sua luta pelo território em tempos de guerra guaraníca (1756) que culminou no derramamento de sangue da população local tanto pela coroa Espanhola como Portuguesa, além do assassinato de Sepé Tiaraju⁵. Paradoxalmente, o pórtico da cidade foi financiado com edital de fomento de projetos em comemoração aos 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil, os mesmos que firmaram acordos para destituir os povos guarani de suas terras.



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Figura 2. Cruz dobrada para realização de pedidos, ao lado do museu e antiga casa do caseiro das ruínas em São Miguel das Missões - RS.

A figura de Sepé Tiaraju é emblemática na narrativa contemporânea das missões, assim como tem profunda admiração e idealização pela população missioneira, que concentra nele todo o ideal de líder revolucionário, guerreiro exemplar e ícone a ser seguido pelos demais moradores das reduções. Apesar de ter sido um líder indígena, é esperado que seja canonizado pela Igreja Católica.



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Figura 3. Pórtico de São Miguel das Missões- RS, representação do Sepé Tiaraju com a afirmação “essa terra tem dono” em guarani.



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Figura 4. Acesso à São Miguel das Missões e outdoor com a chamada para o show de Som e Luz.

O Show de Som e Luz é um elemento bastante emblemático na experiência das Missões, não só no lado brasileiro como também nas reduções argentinas e paraguaias. Trata-se de espetáculos técnicos com projeções, luzes, efeitos sonoros e visuais e vozes interpretadas por atores renomados das dramaturgias nacionais. Percebe-se, porém, uma grande idealização e romantização das narrativas, situadas em um momento pretérito, em um tempo virtual, como se os atores sociais envolvidos naqueles conflitos fossem elementos de um passado distante sem continuidades nas dinâmicas atuais. A figura de Sepé Tiaraju é muito evidenciada no show de Som e Luzes, que dramatiza e explicita a tensão e traição daqueles que chegaram de outras terras causando a morte.



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Figura 5. Show de Som e Luz em São Miguel das Missões, Brasil, e San Ignacio Mini, Argentina.

Tal percepção se tornou emblemática quando um guia turístico da redução de San Ignacio Mini, na Argentina, ao ser indagado sobre a inserção da comunidade Guarani nas políticas atuais de preservação e gestão dos sítios, afirmou que os povos de hoje se veem como *descendentes* dos povos que participaram da experiência missioneira e, por isso, não sentem vontade de fazer parte da preservação das ruínas. Nesse sentido, indagamos: os povos Guarani realmente não se identificam com o patrimônio missioneiro ou as estratégias de intervenção e gestão dos sítios não dão abertura para a inserção dessas comunidades?

No sítio de Santísima Trinidad del Paraná, é oferecido aos turistas um pequeno filme que conta um pouco da história das ruínas, no qual se apresentam também atividades com a comunidade local e alguns povos indígenas, fazendo um movimento de inserção deles nos sítios. No Brasil, mulheres e crianças guaranis vendem artesanato junto ao museu das missões, estando presentes no espaço delimitado de preservação do sítio histórico. Nesse sentido, percebemos contradições não só nas formas de preservação patrimonial, como também nas concepções territoriais entre os Estados nacionais e as formas de organização da população indígena. Brighenti (2011, p. 78) nos explica que:

Esse atrito com os Estados nacionais confronta formas antagônicas de relações com o espaço – do Guarani, um povo sem fronteiras, para os Estados que se sustentam na manutenção e defesa das fronteiras ou limites. O território tradicional Guarani se define por limites devidamente estabelecidos a partir das relações sociais internas, das relações com outros povos indígenas e das relações ecológicas e da cosmovisão, sendo, portanto, limites naturais que se ajustam ao modo de ser Guarani.

Em vista disso, no próximo item discutiremos a possibilidade de interpretar a fronteira como raia, compreendendo similaridades ambientais e culturais que podem vir a contribuir para políticas que abarcam a diversidade sociocultural e preexistente na delimitação dos territórios enquanto países e que permanecem na atualidade.

DA FRONTEIRA À RAIA

Trazer sob a ótica da paisagem os espaços fronteiriços é questionar esses limites que foram criados geometricamente para separar aquilo que é diferente, que pertence ao outro, a partir de conflitos, de sangue derramado, da supremacia de uma forma de organização social em detrimento de outras. A fronteira é simbólica no momento em que ela pressupõe a divisão daquilo que é indivisível, tanto no ambiente natural, através dos sistemas atmosféricos e hidrográficos, as codependências ambientais que formam quadros físicos específicos em suas combinações geomorfológicas, climáticas e biogeográficas, quanto no meio cultural, quando o traçado geométrico é feito hierarquicamente de cima para baixo e não respeita as particularidades dos grupos sociais que ali habitam e produzem seu espaço de vida, no caso dos tratados políticos que dividem colônias e espaços de exploração.

A perspectiva da vida cotidiana em territórios de fronteira pode ser um ponto de partida para pensar em estratégias de promoção de outra leitura do espaço, no intuito de articulá-los política e culturalmente, visto que, apesar de lermos esses espaços enquanto rupturas de distintos territórios nacionais, esse entendimento não passa de uma forma de definir territórios a partir do conflito, bem como da instrumentalização para a salvaguarda de recursos. É o que nos lembra Cataia (2001, p. 16):

O território nacional é abrigo e recurso para todos aqueles que nele vivem, independentemente do compartimento político, estados e municípios, ao qual se é filiado. Os territórios delimitados por fronteiras são heranças, rugosidades que, em coexistência com o presente, formam grandes conjuntos horizontais.

As relações políticas e culturais antecedem e permanecem nesses limites tal qual conhecemos na atualidade, sejam elas na formalidade da lei ou não. Ora, o que temos aqui parece um retorno à paisagem, contrapondo o território enquanto nacionalidade, mas como possibilidade de olhares outros a partir de toda herança histórico-geográfica acumulada no tempo e espaço. Nesse sentido, a noção de “raia” é um conceito promissor nessa temática. Em 1992, a mundialização da economia e a criação de um mercado interno Europeu geraram a Europa Sem Fronteiras e uma série de iniciativas de cooperação internacional para reestruturar a economia de territórios mais frágeis (JACINTO, 2006). Portugal e Espanha foram pioneiros em iniciativas que buscavam aproximar os povos de fronteira, recebendo políticas e investimentos de integração e desenvolvimento conjunto, sendo que essa região passou a ser chamada de “raia” (SOUZA, 2015).

A “raia” surge, então, de uma perspectiva de repensar a fronteira a partir do referencial da paisagem, pois “[...] as dinâmicas da natureza não obedecem à geometria [limite] da sociedade. Além do mais, o próprio movimento da sociedade não respeita os limites abstratos que ela mesmo cria” (SOUZA, 2015, p. 73). Ainda para esse autor, “[...] as raias são esses efeitos de fronteira que não fazem dos limites... barreiras. A raia faz pensar antes nas semelhanças, nas convergências, enfim, nos aspectos comuns entre os territórios, desde

o ponto de vista físico ao cultural” (SOUZA, 2015, p. 78). Portanto, raia e fronteira não são termos sinônimos, uma vez que a raia é um efeito gerado na fronteira, caracterizado pelas diferentes maneiras de se apropriar desses espaços, com fluxos de pessoas e mercadorias, áreas de influência cultural e diversidade social (SOUZA, 2010; 2015).

A leitura da fronteira a partir do território possui uma dimensão geopolítica de conflito, a zona de contato com o externo regido por outras normas jurídicas de outros Estados. A leitura da fronteira pelo componente da paisagem – a raia – é pensar esse espaço a partir do potencial da gestão conjunta dos bens culturais e ambientais, a dimensão do acordo, da cooperação e superação dos conflitos, valorizando os povos que vivem nesses lugares. Assim, entender a fronteira como raia é considerá-la um espaço de atuação conjunta para a salvaguarda dos bens naturais e culturais, visando ao desenvolvimento econômico e social a partir de relações mais amigáveis com a natureza e os indivíduos.

Voltar o olhar para o caso das Missões Jesuítico-Guaranis é um esforço de perceber qual discurso está presente na manutenção desses patrimônios, de uma experiência outra, entre aqueles que vieram do hemisfério norte ao encontro dos que habitavam e habitam o hemisfério sul. Um encontro de paz e troca de conhecimentos e saberes. Será? Quais as consequências na vida daqueles que são hoje objeto de turismo e fonte econômica desses espaços? A presença das reduções em territórios transnacionais é emblemática, pois na época de apropriação territorial da parte da Espanha e Portugal ainda não tinham tal definição, ou seja, a criação de um limite, a fragmentação de algo indivisível, inclusive das relações sociais ali estabelecidas anteriormente, que permanecem mesmo com a consolidação dos países enquanto unidade territorial, configurando paisagens comuns em ambos os lados da fronteira.

Sobre a permanência desses povos nas proximidades das reduções é possível fazer uma leitura do uso e da ocupação da terra a partir de imagens do *Google Earth* com a marcação dos territórios, delimitados e homologados, como é o caso no Brasil, onde a única aldeia fica cerca de 15km da redução em estrada de terra. É perceptível, a partir de uma leitura imediata dessas imagens, a pressão de áreas de monocultivo ao redor, que, junto ao turismo, também são uma forte fonte econômica do município. Já na Argentina, percebemos áreas de mata muito mais significativas, assim como a presença de um conjunto de aldeias indígenas, mesmo que os direitos e reconhecimento dessa população no país em sua perspectiva cultural tenha sido tardia, afinal os territórios ainda não foram demarcados, como aponta a plataforma Guarani Continental (2017).

No Paraguai, observamos uma situação semelhante ao Brasil nas formas de uso e de apropriação da terra com relação a crescentes áreas de monocultivo, o que é consequência da própria migração de brasileiros para o Paraguai, resultado de uma política entre os países no século XX, explicitado na página Guarani Continental:

As características destas transformações e substituições têm sido causadas, principalmente, pelos seguintes fatores: a entrada de um novo contingente populacional brasileiro, os chamados brasiguaios, que ocupam grande parte dos territórios tradicionais guarani, e de outros proprietários de terras que se

dedicam ao agronegócio, com o cultivo de soja mecanizada e fazendas de gado, que atingem dezenas de milhares de hectares. De fato, estes cultivos obrigam ao desmatamento completo da área, acompanhado da expulsão de seus habitantes tradicionais. Assim, o tekohá dos Guarani foi destruído definitivamente (GUARANI CONTINENTAL, 2017, s. p.).

Por fim, percebemos que, além da fronteira institucional dos países, a fronteira agrícola tem se estendido principalmente nos territórios brasileiros e paraguaios, causando uma política de estrangulamento de territórios guarani. A influência dessa apropriação predatória dos recursos naturais tem atravessado a dinâmica de seus modos de vida, que tem como fundamento o trabalho comunitário e a distribuição equitativa de bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer à luz esses questionamentos a partir de uma análise transnacional demonstra uma potencialidade dos estudos de regiões fronteiriças enquanto raia, uma vez que abarca situações comuns entre os territórios levando em consideração similaridades e diferenças na gestão e vida cotidiana dessas áreas. É no contato com essas experiências que podemos desenvolver um olhar atento às rugosidades explicitadas na paisagem e suas consequências na vida das pessoas. Assim, nos reconhecemos enquanto humanidade parte do princípio da promoção da dignidade humana como prioridade, assumindo que existem outras formas de compreender a natureza e se apropriar de seus recursos enquanto fonte para manutenção da vida.

Nesse sentido, as missões são uma expressão da sacionatureza, pois, mesmo privilegiando uma narrativa à outra, com certo esforço podemos perceber essas contradições e trazer luz àquilo que está encoberto, compreendendo o turismo em sua importância regional, sem, entretanto, anular o questionamento sobre a custo de quem essa fonte cultural e econômica tem se mantido. Podemos dizer que a nossa ação enquanto sacionatureza diz respeito cada vez menos aos indivíduos e aos grupos em suas relações de subjetividade e cada vez mais à manutenção de uma dinâmica de exploração de recursos, produção de valores econômicos e manutenção do poder.

Para termos outras relações com a natureza é necessário termos outras relações em sociedade. Repensar a natureza e os discursos criados parece um ponto importante para encararmos as paisagens produzidas e destinadas para diferentes camadas da sociedade, reconhecendo que há natureza na paisagem assim como há aquilo que produzimos – dimensões distintas que coabitam nossa existência no presente e demonstram o que podemos e o que não podemos produzir e/ou controlar.

NOTAS

4 Compreende-se enquanto existência paisagística a afirmação do lugar do outro, onde percebemos nossas semelhanças enquanto humanos, mas também diferentes formas de

conceber e produzir a natureza, ou seja, a paisagem não se trata de um espelho, mas de uma percepção da garantia de condições de vida e existência de outros discursos e práticas. Nesse sentido, (SOUZA, 2019, p. 109 - 110) explica que: “A paisagem, um conceito espacial, é uma via de acesso ao entendimento de relações sociais responsáveis por espacializar iniquidades que tornam a vida tão boa para uns e tão sofrida para outros. Na medida em que a experiência estética do belo e do sublime natural não atravessa minhas emoções, porque as urgências vindas da miséria material me afligem, algo vai muito errado comigo e, principalmente, com a sociedade que me cerca.” Ver também, Souza (2018).

5 Sepé foi uma figura emblemática na liderança da artilharia indígena, em especial na resistência contra as coroas luso-espanholas na guerra guaranítica onde foi “Ferido, torturado e executado em 7 de fevereiro de 1756 [...]” (GOLIN, 2014, p. 58).

REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Estados nacionais e povos indígenas: análise de experiência guarani. **Cadernos do CEOM**, ano 24, n. 33, Dossiê 20 anos do curso de História da Unochapecó. Chapecó, 2011.

CATAIA, Márcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://www.ige.unicamp.br/geoplan/wp-content/uploads/sites/22/2014/08/tese-Marcio-Cataia.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CIOFFI, Giovana; RAIMUNDO, Sidnei. Áreas naturais protegidas: uma reflexão sobre a patrimonialização da natureza pela sociedade ocidental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 2, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.20n2.2020.1851>.

CORAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da paisagem**. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

FERREIRA, Luciana. **Natureza, paisagem, geografia e arte: complexas relações e desdobramentos, no tempo e no espaço**. [S.l.; S.n, s.p]. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall4/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/06>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Volume XXI (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GUARANI CONTINENTAL. **Assim vivemos: Na Argentina**. 2017. Disponível em: <<http://campanhaguarani.org/guaranicontinental/portfolio/argentina/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

JACINTO, Rui. Raia central, espaço de cooperação: esbater fronteiras, integrar territórios, recentrar periferias. In: JACINTO, Rui; VIRGÍLIO, Bento (coord.). **O interior raiano do centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios**. Porto: Campo das Letras, 2006.

- MISSÕES, Rota. **Caminho das Missões**. Disponível em: <<https://rotamissoes.com.br/roteiro/caminho-das-missoes>>. Acesso em: 10 de agosto 2022.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7–27, 2013.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Reginaldo José de. **O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema-SP**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Presidente Prudente, 2010.
- SOUZA, Reginaldo José de. **Raia Divisória ou Raia Socioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Presidente Prudente, 2015.
- SOUZA, Reginaldo José de. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. **Revista Geografar**: Curitiba. v.13, n.2, p.380-393, jul. a dez./2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/63708/37236>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.
- SOUZA, Reginaldo José de. **Paisagem e Sacionatureza: olhares geográfico-filosóficos**. Chapecó: UFFS, 2019.
- SOUZA, Reginaldo José de; LINDO, Paula Vanessa de Faria. A paisagem como visão política da natureza. In: FIDALGO, Pedro (org.). **Dinâmicas da paisagem: entre a realidade e o desejo**. 4. Ed. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021, p. 265-280.
- SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 99-119.